



ATENÇÃO PRIMÁRIA NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA DA REGIÃO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA

Débora Camila Pancotte¹, Sirlei Favero Cetolin²

1. Discente do curso de graduação em Psicologia, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

2. Docente do Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde/Joaçaba, SC e nos cursos de graduação de Psicologia e Enfermagem, Unoesc, São Miguel do Oeste, SC

Autor correspondente: Débora Camila Pancotte, deborapancotte@gmail.com

Área: Ciências da Vida e Saúde

Introdução: As políticas de saúde reconhecem o espaço escolar como local privilegiado para práticas promotoras da educação para saúde. O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial da Saúde e da Educação instituído pelo Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo conhecer a atuação das equipes da Atenção Primária em Saúde, no desenvolvimento de ações voltadas ao Programa Saúde na Escola, na Região Extremo Oeste de Santa Catarina. **Método:** Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, com profissionais vinculados a serviços de Saúde Pública, na esfera da Atenção Primária dos 30 municípios de abrangência regional. Como instrumento para coleta de dados, aplicou-se um questionário com perguntas direcionadas ao objeto do estudo, sendo esse disponibilizado aos participantes por meio virtual, através de um formulário elaborado no Google Forms. **Resultados:** Observou-se que o planejamento das ações do PSE, é feito na maioria dos municípios, conjuntamente entre a saúde e a educação, com o envolvimento dos seguintes agentes: gestão da educação e diretores das escolas, gestores da saúde, equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e equipes multiprofissionais. Porém, mesmo sendo o planejamento feito conjuntamente, as ações desenvolvidas, geralmente são assumidas pela saúde. Todos os municípios desenvolvem algum tipo de ação sobre os temas normativos do PSE: Saúde Ambiental; Promoção da atividade física; Alimentação saudável e prevenção da obesidade; Promoção da cultura de paz e direitos humanos; Prevenção das violências e dos acidentes; Prevenção de doenças negligenciadas; Verificação da situação vacinal; Saúde sexual e reprodutiva e prevenção do HIV/IST; Prevenção ao uso de álcool, tabaco, e outras drogas; Saúde bucal; Saúde auditiva; Saúde ocular; e Prevenção à Covid-19. Foram destacadas como principais ações, campanhas educativas, rodas de conversa, dinâmicas lúdicas com acompanhamento periódico, palestras com especialistas nas áreas, campanhas preventivas e de promoção da saúde, entrega de cartilhas explicativas, atendimentos e orientações com profissionais. **Conclusão:** Ao finalizar o estudo tecemos algumas considerações merecedoras de reflexão, sem, contudo, termos a intenção de esgotar o assunto, pois o mesmo carece de atenção contínua tanto da saúde quanto da educação. Entende-se que existe a necessidade de intensificar a Educação Permanente regional, para que, os profissionais da saúde e da educação tenham treinamento e preparo para implementar cada vez mais as ações direcionadas ao PSE. O estudo demonstra o comprometimento com intervenções preventivas nos municípios e, a partir dos resultados obtidos, sugere-se que o desenvolvimento destas seja cada vez mais pautado em evidências científicas, possibilitando o aprimoramento das ações e maior eficácia.

Palavras-chave: Saúde Pública; Promoção da Saúde; Educação; Saúde Mental.

Agradecimentos: As autoras agradecem ao apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.